

NORMAS E CRITÉRIOS PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: UM ESTUDO DE CASO

Lucas Henrique Muniz¹, Pablo Luis Jackoski², Anderson Saccol Ferreira³

1. Discente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo
2. Discente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo
3. Docente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo

Autor correspondente: Anderson S. Ferreira, anderson.ferreira@unoesc.edu.br

Área: Ciências Exatas e Tecnológicas

Introdução: Esta pesquisa tem como propósito aprofundar o entendimento acerca das regulamentações estabelecidas no Decreto Federal nº 5.296/04, o qual estipula diretrizes fundamentais para a promoção da acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. **Objetivo:** Identificar quais são as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência nos pequenos municípios. **Método:** A pesquisa se concentra em uma análise documental, examinando legislações, manuais e normas técnicas utilizadas por esses municípios. Além disso, é conduzido um estudo de caso em dois municípios com menos de dez mil habitantes, Lajeado Grande e Bom Jesus, ambos caracterizados por baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Essa abordagem envolve observações e levantamentos técnicos para identificar as deficiências e potenciais relacionados à acessibilidade. **Resultados:** Os resultados deste estudo revelaram que os pequenos municípios situados na região Oeste de Santa Catarina, apresentam significativas deficiências em termos de acessibilidade. A análise documental demonstrou que esses municípios carecem de uma compreensão adequada das normas e diretrizes estabelecidas no Decreto Federal Nº 5.296 (2004), refletindo-se na implementação inadequada de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Além disso, a falta de fiscalização e conscientização por parte dos gestores municipais contribui para a perpetuação dessas barreiras à acessibilidade. **Conclusão:** A análise destacou que, embora tenha havido desconhecimento das normas de acessibilidade e uma lacuna na fiscalização, há um esforço significativo por parte dos gestores municipais para se adaptarem às regulamentações vigentes. Isso se traduz na implementação de novos passeios e acessos projetados especificamente para atender às necessidades das pessoas com deficiência. Portanto, é crucial que os gestores continuem a se empenhar na compreensão e aplicação das normas de acessibilidade, enquanto também promovem a conscientização da sociedade em relação a essa questão crucial.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão; Estudo de caso; pequenos municípios.

Agradecimentos: Os autores agradecem ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica.